

REFORMA TRABALHISTA VALE PARA TODOS OS CONTRATOS, DIZ MINISTÉRIO

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/05/2018

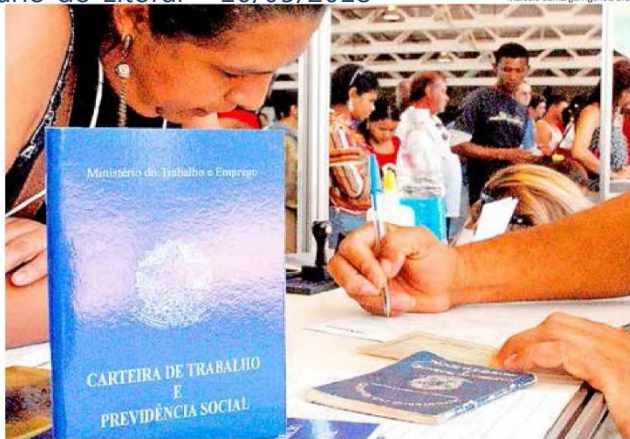
[Por Laís Alegretti]
De Brasília

O Ministério do Trabalho reconheceu que há uma controvérsia sobre a aplicação da reforma trabalhista e publicou um parecer para defender que a nova lei vale para todos os contratos em vigor. O texto foi divulgado no Diário Oficial de ontem.

O documento diz que “a controvérsia se instaura em relação aos contratos em curso” e determina que a nova legislação deve ser aplicada de forma geral, abrangente e imediata a todos os contratos de trabalho, inclusive aqueles firmados antes da nova legislação.

Críticos à reforma trabalhista, como juízes do trabalho, sindicatos e o Ministério Público do Trabalho, defendem que a nova lei só deveria valer para contratos firmados depois de novembro de 2017, quando a nova legislação entrou em vigor.

O argumento ganhou força quando perdeu a validade, em abril, a medida provisória que trazia mudanças na reforma trabalhista. Isso porque o texto incluía a informação de



Marcelo Camargo/Agência Brasil

O MINISTÉRIO DO TRABALHO PUBLICOU UM PARECER NO DIÁRIO OFICIAL; DESDE QUE ENTROU EM VIGOR, A REFORMA TRABALHISTA VEM SENDO CONTESTADA

que a reforma deveria se aplicar, na integralidade, aos contratos vigentes.

Para o governo, contudo, a informação contida na medida provisória era “apenas a título de esclarecimento”, de acordo com o documento divulgado ontem.

Desde que entrou em vigor, a reforma trabalhista vem sendo contestada. Um dos principais pontos questionados é exatamente a aplicação das novas normas para contratos vigentes.

Esse é um dos trechos que podem ser esclarecidos pelo

Tribunal Superior do Trabalho (TST), que instalou uma comissão para avaliar a aplicação da nova lei. A expectativa é que eles definam, entre outros pontos, se as regras devem ou não valer apenas para os novos contratos. O prazo para a comissão concluir o estudo termina nesta semana.

O Supremo Tribunal Federal (STF) também começou a discutir, na semana passada, o primeiro processo relativo à reforma trabalhista.

Relator do processo, o ministro Luís Roberto Barroso apresentou voto pela constitu-

cionalidade de pontos da reforma trabalhista que restringem acesso à gratuidade na Justiça do Trabalho e sugeriu critérios para limitar o pagamento de advogados e perícia por beneficiários da Justiça gratuita.

O ministro Edson Fachin, por outro lado, defendeu a inconstitucionalidade das mudanças na lei trabalhista.

O julgamento foi interrompido por um pedido de vista (mais tempo para analisar o processo) do ministro Luiz Fux e não há prazo para o tema retornar à pauta da corte.

ENTENDA

- ➔ O argumento de que a nova lei só deveria valer para contratos firmados depois de novembro de 2017 ganhou força quando a medida de provisória que trazia as mudanças na reforma perdeu a validade, em abril
- ➔ Isso porque o texto incluía a informação de que a reforma deveria se aplicar, na integralidade, aos contratos vigentes.
- ➔ Para o governo, contudo, a informação contida na medida provisória era “apenas a título de esclarecimento”, de acordo com o parecer divulgado ontem.

STF dá passo em análise de ganho real a aposentado

O Supremo Tribunal Federal (STF) irá decidir se os benefícios do INSS podem ser revisados para receber reajustes anuais iguais aos aplicados ao salário mínimo, quando essa alternativa for a mais vantajosa para o segurado. Submetido ao plenário virtual pelo relator, ministro Marco Aurélio, o recurso extraordinário que trata do tema teve reconhecida a que juridicamente se chama de repercussão geral. Ou seja, a decisão, quando for tomada, terá efeito sobre todas os processos com a mesma finalidade. Ainda não há data prevista para o julgamento que vai avaliar o tema, segundo informou nesta segunda-feira (14) o STF. Atualmente, existem duas regras para reajuste dos benefícios da Previdência Social. Para quem recebe mais do que um salário mínimo, a legislação determina a reposição da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É uma alternativa para manter o poder de compra dos beneficiários. Para aqueles que ganham o salário mínimo, que corresponde ao piso dos benefícios, deve ser aplicada regra que dá reajuste real. No caso do salário mínimo, o aumento anual leva em conta a inflação medida pelo INPC do ano mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/05/2018

Aposentadoria por idade terá aprovação automática

A partir de segunda-feira (21), o INSS deixará de agendar atendimento presencial para a realização de pedidos de aposentadoria por idade. As solicitações, feitas por internet ou telefone, vão ser analisadas automaticamente. Se os dados no Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais) estiverem corretos, o benefício já será concedido. Só vai ser necessário comparecer à agência se houver alguma pendência na documentação. Após o pedido feito pelo telefone 135 ou pelo site (meu.inss.gov.br), o segurado recebe um protocolo e pode acompanhar o andamento do processo. Além da aposentadoria por idade —que exige 60 anos para mulheres e 65 anos para homens, mais 15 anos de contribuições ao INSS—, o salário-maternidade também será liberado desta forma. A medida deve agilizar a concessão desse tipo de benefício.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 16/05/2018

Caminhoneiros param o Porto hoje

DA REDAÇÃO

Os caminhoneiros da Baixada Santista paralisam suas atividades hoje e prometem bloquear de modo parcial o Viaduto da Alemoa, no Km 64 da Rodovia Anchieta, principal acesso ao Porto de Santos. A ideia é parar também a entrada e a saída de caminhões das duas margens do Porto. A paralisação tem previsão de 12 horas de duração, com início marcado para as 6 horas. Diante disso, há previsão de congestionamento na rodovia já para a manhã de hoje.

Será um protesto contra o aumento semanal do óleo diesel, cobrança dos eixos erguidos nos pedágios e dos valores dos fretes para a Capital. A categoria reivindica ainda aumento do frete e melhorias dos locais de parada.

De acordo com o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista (Sindicam), será uma manifestação pacífica. A entidade garante a abertura de uma faixa de circulação para o trânsito.

Para José Cícero Rodrigues, diretor do Sindicam, a manifestação de hoje é uma forma de chamar a atenção das autoridades para todas as questões apresentadas. "Nenhuma operação irá ocorrer no Porto na quarta-feira (hoje). Nossa ideia é mesmo impactar e mostrar que não estamos satisfeitos. Vamos nos concentrar no Viaduto da Alemoa, bloqueando uma das



Aumento do diesel e cobrança dos eixos erguidos nos pedágios são alguns motivos para a ação de hoje

faixas e liberando a outra para o tráfego".

Para o diretor-executivo do Sindicato Agências Navegação Marítima Estado São Paulo (Sindamar), José Roque, a manifestação dos caminhoneiros será bastante prejudicial às atividades econômicas da região.

"Vai afetar toda a logística (a manifestação). Há cargas para entrar e sair do Porto, há cargas que precisam chegar a São Paulo e tudo isso vai sofrer impacto. Uma manifestação dessa afeta toda a logística".

NOVAS AÇÕES

Embora o Sindicam ainda não confirme, as manifestações podem se repetir semanalmente. A decisão será tomada em uma assembleia marcada para amanhã. O mais provável é que essa decisão seja confirmada e novos protestos venham a ocorrer.

Fonte: Jornal A Tribuna – 16/05/2018

Trabalhadores da RPBC cruzam os braços por três horas

Trabalhadores da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão, realizaram uma paralisação de cerca de três horas na manhã de ontem. O ato foi organizado pelos sindicatos dos trabalhadores na construção civil, montagem e manutenção industrial (Sintracomos), petroleiros (Sindipetro) e metalúrgicos. Os empregados diretos da Refinaria Presidente Bernardes e os operários de várias empresas terceirizadas ficaram nas duas principais portarias e trataram com as diretorias dos três sindicatos sobre problemas comuns. Segundo o presidente do Sintracomos, Marcos Braz de Oliveira, o Macaé, a paralisação foi motivada pela não participação da RPBC numa reunião com os sindicatos na segunda-feira (14).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/05/2018